



SUPERINTENDÊNCIA
DA ZONA FRANCA DE MANAUS

www.suframa.gov.br

Clipping Local Mídia Impressa

Coordenação Geral de Comunicação Social - CGCOM

Manaus, quinta-feira, 29 de novembro de 2012

| | |
|--|----|
| JORNAL DO COMMERCIO EDITORIAL | 1 |
| OPINIÃO | |
| JORNAL DO COMMERCIO Unificação do ICMS | 2 |
| OPINIÃO | |
| JORNAL DO COMMERCIO ICMS | 3 |
| ECONOMIA | |
| JORNAL DO COMMERCIO Comércio exterior | 4 |
| ECONOMIA | |
| JORNAL DO COMMERCIO Taxa de desemprego cai para 10,5% | 5 |
| ECONOMIA | |
| A CRITICA FAZER BEM A LIÇÃO DE CASA | 6 |
| OPINIÃO | |
| A CRITICA sim & não | 7 |
| OPINIÃO | |
| A CRITICA Componentistas em crise | 8 |
| ECONOMIA | |
| A CRITICA AM quer tratamento diferenciado | 9 |
| ECONOMIA | |
| AMAZONAS EM TEMPO Defesa do AM chega às mãos de Guido Mantega | 10 |
| ECONOMIA | |
| AMAZONAS EM TEMPO Defesa do AM chega às mãos de Guido Mantega (continuação) | 11 |
| ECONOMIA | |

EDITORIAL

É preciso mobilizar já para não chorar depois o leite derramado

A unificação nacional do ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços) num patamar de 4%, pode causar uma verdadeira tragédia na arrecadação do Estado do Amazonas. Os primeiros cálculos apontam para perda de 75% de receita

financeira. Como o ICMS está dentro do pacote de benefícios fiscais atrativos de empresas para o PIM, a medida se vier a ser tomada nos moldes propostos hoje pelo governo federal será mais um golpe mortal para o modelo implantado na região há mais de 40 anos. Como se percebe, o momento é delicado e necessita de atenção redobrada

sobre as negociações que se travam no Planalto e que poderão ter consequências nefastas aqui na Planície. No entanto, o assunto ainda parece não despertar o interesse das autoridades. O Executivo estadual tateia em alternativas compensatórias pouco divulgadas, consequentemente desconhecidas de boa parte da população. No Legis-

lativo, a base aliada não fala a mesma língua, ora por opiniões diferentes, ora por desconhecimento do tema, e, recentemente porque outro assunto, as eleições para presidente das Casas legislativas se tornou mais importante de que qualquer outra coisa a ser discutida nos seus plenários. A mesma falta de mobilização recai também

sobre a bancada federal. Na esfera privada, o estado de letargia aparece como dominante. Por causa desse cenário, onde existe uma tragédia anunciada, se apela para uma grande campanha de mobilização já, assim como foi feita no Rio de Janeiro na questão dos royalties do petróleo. A hora é agora, depois poderá ser só lamentação.

Unificação do ICMS

ENGº RAIMUNDO LOPES FILHO*

A Resolução 13, de 25/4/2012, do Senado Federal, fixou a alíquota interestadual do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS) em 4% para os bens e mercadorias de origem estrangeira, o mesmo valendo para os produtos industrializados no país com conteúdo de importação superior a 40%. Com a Resolução 13/2012, a alíquota interestadual máxima apli-

cada aos produtos importados do exterior que saiam do Estado de origem, a partir de 01/01/2013, cairá de 12% ou 7% para 4%, o que transferirá a maior parte da receita tributária para o Estado de destino. A nova regulamentação não se aplica aos produtos industrializados na Zona Franca de Manaus (ZFM) que cumpram o Processo Produtivo Básico (PPB) estabelecido em Portaria interministerial do Mdic e MCT.

Agora o objetivo do governo

federal é a unificação do ICMS das demais operações interestaduais. A norma atualmente em vigor é regida pela Resolução do Senado Federal 22, de 1989, que fixou as alíquotas em 12%, para os Estados das regiões Sul e Sudeste, e em 7% para o restante do país, como elencado no citado dispositivo. O documento base que está em discussão foi elaborado pela Comissão do Pacto Federativo, instituída pelo Senado Federal, composta por 14 especialistas na matéria, sob a presidência do ex-ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) e da Defesa, Nelson Jobim, tendo como relator o ex-secretário da Receita Federal do

Brasil (RFB), Everaldo Maciel. O relatório da Comissão sugere a unificação da alíquota do ICMS em 4% para todas as mercadorias que passarem de uma unidade da federação para outra e o direito dos Estados deliberarem sobre a concessão de incentivos fiscais sem a prévia aprovação unânime do Confaz.

Se aprovada a alíquota única de 4% para o ICMS, os Estados e o Distrito Federal amargarão pesadas perdas na arrecadação do tributo estadual, avaliada em R\$ 14 bilhões anualmente. O Estado do Amazonas, em particular, perderá cerca de 80% de sua receita tributária, na estima-

tiva do secretário de Fazenda. Para compensar a perda de arrecadação, será criado um Fundo de Desenvolvimento Regional que destinará, por 16 anos, recursos da ordem de R\$ 12 bilhões por ano, que serão transferidos para os Estados e o Distrito Federal.

Além da perda financeira decorrente da queda da arrecadação, haverá uma significativa redução de competitividade dos produtos

fabricados no Polo Industrial de Manaus (PIM) com a aplicação da alíquota única de 4% para o ICMS interestadual. Portanto, a simples reposição das perdas financeiras, apesar de necessárias, não são suficientes, sendo fundamental a definição de mecanismos que garantam a manutenção das vantagens comparativas do modelo de desenvolvimento instituído pelo governo federal para a ZFM.

* É diretor da PROJEC Projetos e Consultoria Ltda., projec@argo.com.br

ICMS

Proposta do Amazonas será apresentada em Brasília

Por Juliana Geraldo

O estudo da Sefaz-AM (Secretaria de Fazenda do Estado do Amazonas) em resposta à unificação do ICMS (Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços) em 4% proposta pelo governo federal foi aprovado ontem pelo governador do Amazonas, Omar Aziz (PSD) e será apresentado hoje em Brasília pelo secretário estadual da Fazenda, Ispér Abraham. Ele informa que esta ainda não é a reunião com o ministro da Fazenda, Guido Mantega, aguardada pelos técnicos da secretaria. "Nesse primeiro encontro, representantes de todos os Estados irão se reunir para ouvir considerações de cada UF e discutir

divergências das propostas. Porém, o encontro será dirigido pelo secretário executivo do ministério", detalhou. A reunião com o ministro ainda não tem data marcada, mas de acordo com declaração anterior do secretário executivo, Afonso Lobo, deve ocorrer até o final da próxima semana.

Ispér Abraham não forneceu maiores detalhes sobre as contra-propostas do Amazonas. "Faz parte da nossa estratégia não divulgar essas informações antes de elas serem devidamente discutidas com o ministro Mantega. O que podemos dizer é que todas as soluções propostas visam a luta pelo diferencial do Amazonas frente aos demais Estados", afirmou.

Por dentro



DETALHES

- ✓ O governo federal propôs aos governadores a renegociação das dívidas dos Estados e a mudança de indexador, o que proporcionaria taxas menores aos cofres estaduais;
- ✓ Em troca, os Estados deveriam acatar a proposta de ICMS unificado de 4% cobrado na origem, e a redução da alíquota de ICMS sobre os serviços de telefonia e energia elétrica;
- Desde o início de novembro, quando a unificação foi proposta, o governo estadual e representantes ligados à indústria defendem um estudo de tratamento diferenciado para a Zona Franca de Manaus que respeite o regime de excepcionalidade do modelo sem prejudicar a arrecadação e a competitividade do Amazonas;
- ✓ A Sefaz-AM ficou responsável pelo cálculo das perdas de arrecadação e a Suframa buscou durante o período de elaboração do estudo, soluções para manter a competitividade do PIM.
- ✓ O governo do Amazonas calculou um impacto negativo de 75% sobre a arrecadação do imposto, enquanto a Sefaz-AM, ao fim do estudo, estimou a perda em 78%, já incluindo os cortes nos repasses para o ensino superior, turismo e P&D.

Comércio exterior

Dilma quer Argentina como 'sócia' do país

Presidente pretende pôr fim ao desvio de comércio que beneficia parceiros de outros continentes em detrimento do Brasil e da Argentina

Na viagem "a jato" que fez à Argentina, a presidente Dilma Rousseff expressou a insatisfação em relação ao desvio de comércio que beneficia parceiros de outros continentes em detrimento do Brasil e da Argentina.

"Nossos arranjos não podem a levar a uma situação de desvio de comércio recíproco em benefício de parceiros extrarregionais. Podemos e devemos ter parceiros extrarregionais, mas não em detrimento no avanço de nossa integração regional", disse Dilma na tarde de hoje.

Depois de se reunir por uma hora com a presidente argentina Cristina Kirchner, Dilma discursou para empresários e representantes dos governos do Brasil e da Argentina no encerramento de um encontro promovido pela União Industrial Argentina em Los Cardales, a 60 quilômetros de Buenos Aires.

As declarações da presidente foram dadas num momento em que o Brasil perde espaço no mercado argentino, em especial para a China.

Números do Indec (Instituto Nacional de Estatística e Censo) da Argentina sinalizam um cenário desfavorável ao Brasil: as



Foto: Marcelo Camargo/ABr

Presidente Dilma Rousseff defende o benefício às duas nações

importações de produtos brasileiros pela Argentina caíram 19,4% de janeiro a setembro de 2012, percentual superior à queda de 3,4% registrada no comércio com outros países.

Dilma disse querer a Argentina como "sócia" comercial do Brasil. "Jamais nós podemos considerar a possibilidade de menos integração, porque este seria um erro histórico imperdoável. (...) Diante deste quadro, se mais razão não existisse, nossa única e melhor opção é buscar mais integração e mais solidariedade entre os países

deste lado do hemisfério". Ao lado da colega argentina Cristina Kirchner, a quem chamou de "amiga" duas vezes durante o discurso.

Dilma deixou claro que há "problemas pontuais" entre os dois países que precisam ser superados. Para a presidente brasileira, a integração entre Brasil e Argentina exige um diálogo permanente entre governo e empresariado, dos dois países. "Ela exige esse diálogo para que nós possamos construir uma das mais importantes parcerias no mundo", comentou.

Apesar de reconhecer que o Brasil perdeu espaço no mercado argentino neste ano, ministros de Dilma tentaram, durante os dois dias de reuniões e palestras, minimizar danos criados pelas barreiras comerciais impostas pela Argentina.

O ministro Fernando Pimentel (Desenvolvimento) reconhece que o comércio bilateral este ano entre os dois países está desfavorável ao Brasil e vai registrar superávit menor. No entanto, Pimentel é menos incisivo que Dilma e preferiu classificar 2012 como um "ano atípico".

Dívida

Em relação à relação entre Brasil e Argentina, Cristina afirmou que a integração "deixou de ser um desejo para se tornar uma necessidade". "O Brasil não vai se dar bem se a Argentina se der mal, e vice-versa", disse.

Diante de um período de turbulência política e econômica, a presidente da Argentina afirmou ainda que o país pretende cumprir seus compromissos financeiros com os credores internacionais, uma semana após um tribunal dos EUA ter emitido uma decisão de que o país vai precisar quitar dívida de US\$ 1,3 bilhão até o próximo mês.

Taxa de desemprego cai para 10,5%

Pelo segundo mês seguido, a taxa de desemprego teve pequena queda no conjunto das sete regiões metropolitanas onde é feita a PED (Pesquisa de Emprego e Desemprego) passando de 10,9%, em setembro, para 10,5% da População Economicamente Ativa (PEA), em outubro.

O número de desempregados em outubro foi calculado em 2,365 milhões, 80 mil a menos do que o contingente registrado em setembro. Segundo o Dieese (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos) e a Seade (Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados), no período surgiram 72 mil vagas no mercado de trabalho, uma elevação de 0,4% no nível de ocupação. Ao mesmo tempo, 8 mil pessoas deixaram de disputar as chances de trabalho. O total de ocupados atingiu 22,5 milhões.

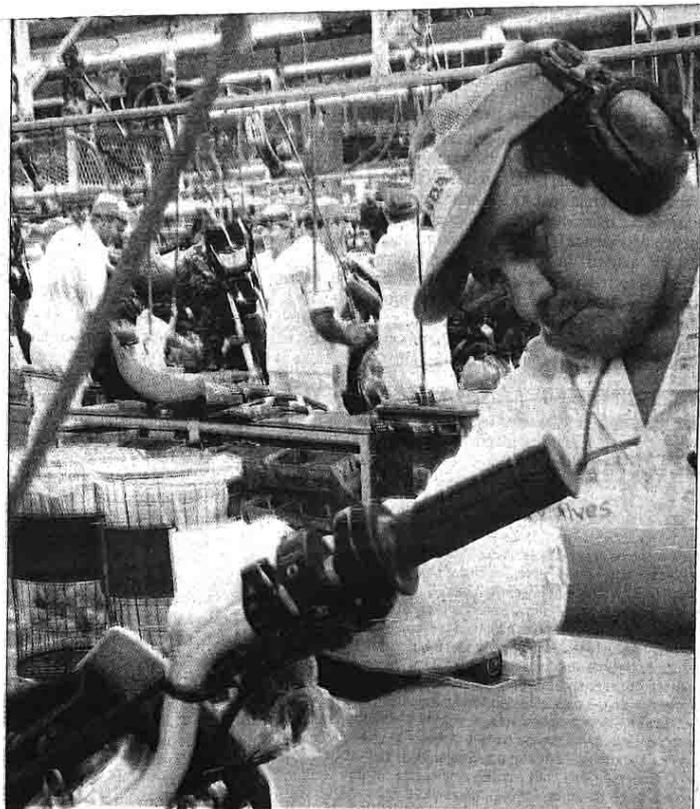
A maioria dos novos contratos de trabalho foi firmada na área da indústria de transformação, onde foram abertas 74 mil vagas, uma alta de 2,5%. No comércio e reparação de veículos automotores e motocicletas entraram mais 43 mil empregados -1,1% acima do mês

anterior. Já em serviços foram fechados 25 mil postos, resultado considerado estável com taxa de variação em -0,2%. No setor da construção, houve o corte de 2 mil empregos, uma redução de 0,1%.

Houve ampliação na oferta de emprego em Recife, com alta de 2,2%; Fortaleza (0,8%), Salvador (0,7%), além do Distrito Federal onde a taxa ficou em 0,5%. Houve pequena expan-

são também em Belo Horizonte (0,3%) e, em São Paulo, (0,2%). Na região de Porto Alegre, o nível de ocupação caiu 1,1%.

O rendimento médio dos ocupados, em setembro, cresceu 1,4% com o valor mensal chegando a R\$ 1.546. A mesma taxa foi registrada no ganho dos assalariados com R\$ 1.578. No conjunto dos assalariados, a massa de rendimento aumentou 2%.



Maioria dos novos contratos de trabalho foi firmada na área da indústria de transformação

FAZER BEM A LIÇÃO DE CASA

O Governo do Amazonas anunciou ontem aquilo que ele próprio já sabia a respeito dos possíveis impactos da unificação em 4% da alíquota do imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços interestadual, mas reservou para si, com o objetivo de usá-las no momento oportuno, outras informações contidas no estudo realizado pela Secretaria de Estado da Fazenda sobre esse assunto, o qual foi repassado às mãos do governador Omar Aziz. Não é necessário ser especialista em tributação e finanças públicas para se ter uma ideia do que essa proposta do governo federal, caso venha a ser aprovada, produzirá na economia

amazonense, dependente, como já estamos carecas de saber, do movimento das engrenagens das empresas do Polo Industrial de Manaus. Afinal, as atividades que elas desenvolvem originam a quase totalidade do ICMS arrecadado pela Sefaz-AM. Perder de 75% a 78% da arrecadação desse imposto, sob o impacto da unificação da alíquota do ICMS, é algo que o Estado do Amazonas não suportará, entre outras coisas, porque em 45 anos de existência da Zona Franca de Manaus não se preparou para esse tipo de baque. O chão econômico lhe fugiria aos pés, porque nada de concreto foi feito para

diminuir a nossa dependência desse modelo de desenvolvimento.

E leve-se em conta que os ataques perpetrados contra a ZFM são uma constante, ora desferidos por outros Estados – por sua insatisfação com o regime de exceção fiscal que aqui temos, o qual levou São Paulo, por exemplo, a questionar no STF a constitucionalidade do uso diferenciado que fazemos do ICMS –, ora pelo próprio governo federal, como agora acontece com sua proposta de acabar com a guerra fiscal, unificando esse imposto.

A despeito disso, não se verificam mudanças na postura da classe dirigente local, que há muito

insiste em “rebater os ataques e as críticas contra a ZFM com a fantasia e com o discurso fácil e cômodo de defesa do modelo”, nas palavras do sociólogo Marcelo Seráfico, “esquecendo-se de que as condições que fizeram esse modelo exitoso já não existem”, como adverte o doutor em desenvolvimento socioambiental, José Alberto Machado. Trocando em miúdos, é legítimo pleitear junto ao Planalto tratamento fiscal diferenciado, mas é um equívoco entregar em suas mãos e nas do Congresso Nacional o destino da nossa economia. Cabe ao Amazonas fazer bem a lição de casa.

sim & não

Omar sonda Kassab sobre espionagem

O governador Omar Aziz (PSD) ligou ontem para o prefeito de SP, Gilberto Kassab, que é presidente nacional de seu partido, para mostrar sua preocupação com eventual vazamento de informações que eles trataram por telefone este ano. A ligação ocorreu um dia depois da Operação Durkheim, da Polícia Federal (PF), revelar que Kassab teve a declaração de imposto de renda e o extrato telefônico violados por uma quadrilha que roubou dados pessoais de mais de 10 mil pessoas.

Grampo Ontem, na sede da Sefaz, onde reuniu com técnicos da pasta para tratar de ICMS interestadual, Omar comentou, após falar com o prefeito de SP: “Há seis meses, eu falo com o Kassab de duas a três vezes diariamente. Então, se ele foi grampeado, lógico que eu também fui”.

Pensador O Planalto dá novos sinais de que a ZFM terá suas vantagens fiscais preservadas na iminente mudança da alíquota do ICMS no País. O ministro da Fazenda, Guido Mantega, por exemplo, já admite à imprensa nacional que está pensando em solução para dois Estados: Mato Grosso do Sul e Amazonas.

Garantia A informação reforça garantia que a

presidente Dilma Rousseff deu na semana passada ao senador Eduardo Braga (PMDB) ao dizer que o AM não será prejudicado na reforma do ICMS.

Transição Tido como nome certo para assumir a Sefaz, o número dois da pasta, Afonso Lobo, viaja hoje para Brasília para tratar de ICMS em reunião com técnicos do Governo Federal. Ele vai acompanhado do titular da secretaria, Isper Abraham, que ontem confirmou à coluna que deixará a pasta.

Susto Abordado ontem, em coletiva de imprensa, sobre a ideia do prefeito eleito Artur Neto (PSDB) de criar um gabinete integrado (Estado e Município), o governador Omar Aziz reagiu, demonstrando sobressalto: “O prefeito eleito

Componentistas em crise

Empresas que fornecem insumos para o polo de eletroeletrônicos, como Foxconn e Perlos, estão prestes a fechar, diz Aficam

CINTHIA GUIMARÃES

cinthiaguimaraes@acritica.com.br

A crise do setor de componentes do Polo Industrial de Manaus (PIM) já começa a ter efeitos nocivos como o fechamento de fábricas e demissões em massa.

O presidente da Associação dos Fabricantes de Componentes da Amazônia (Aficam), Cristóvão Marques Pinto, disse que empresas como a Foxconn e Perlos, que fornecem peças de injeção plástica para a fabricante de celulares Nokia, estão prestes a fechar as portas, uma vez que a empresa finlandesa deixou de comprar componentes das empresas locais e resolveu optar pela importação da China. "Estão matando as empresas de componentes de Manaus", afirmou Cristóvão.

Especula-se que a unidade da taiwanesa Foxconn deva encerrar suas atividades no dia 14 de dezembro. A assessoria de imprensa da empresa negou

Saiba mais

>> Subsidiárias

O setor de componentes que empregava cerca de 20 mil pessoas e agora emprega 10 mil, segundo a Aficam, subsidiária com peças plásticas e metálicas grandes montadoras de duas rodas, como Moto Honda e Yamaha, e de eletroeletrônicos, como Samsung, LG e Nokia.

qualquer paralisação, mas não deu detalhes. A Foxconn do Brasil Indústria de Componentes Eletrônicos, localizada na avenida Senador Raimundo Parente, 10, Flores, emprega 987 funcionários e produz peças plásticas moldadas por injeção e subconjunto plástico para telefone celular.

Em nota à imprensa, a Nokia confirmou que não está mais en-



Cristóvão, presidente da Aficam, apela ajuda ao setor



Nokia está optando pela importação de componentes

comandando componentes da Foxconn e optando pela importação, mas se justificou. "A Nokia do Brasil informa que o fechamento da unidade da Foxconn em Ma-

naus não afetará a produção de celulares. A estratégia da empresa no Polo Industrial de Manaus. A Foxconn é uma das muitas fornecedoras de componentes

da Nokia. Futuramente, com a aquisição de outros componentes comprando material de outras unidades da Foxconn, assim como vamos manter nossa bem sucedida parceria com for-

necedores locais e globais". A solução, segundo a Aficam é alterar o Processo Produtivo Básico (PPB) do segmento e obrigar as montadoras a comprarem peças aqui. "É mais barato trazer da China, já que tem mais encargos. Eles (empresários) recebem incentivo de ICMS e de imposto federal e devem gerar emprego em Manaus", cobrou o presidente da Aficam.

necedores locais e globais".

A solução, segundo a Aficam é alterar o Processo Produtivo Básico (PPB) do segmento e obrigar as montadoras a comprarem peças aqui. "É mais barato trazer da China, já que tem mais encargos. Eles (empresários) recebem incentivo de ICMS e de imposto federal e devem gerar emprego em Manaus", cobrou o presidente da Aficam.

Cristóvão afirmou ainda que algumas empresas do ramo de injeção plástica e estamparia vão dar as contas de muitos funcionários até o fim do ano, porque não estão tendo mais encomendas. "Os coreanos e chineses alegam que não têm condições de concorrer. Eles querem trazer tudo de fora, montar aqui e só vender o produto".

Na manhã de ontem, foi realizada uma reunião, no auditório da Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa), conduzida pelo superintendente adjunto de Projetos, Gustavo Igrejas, em que foi debatida a questão com o setor de ar-condicionado e de componentes. A Suframa irá promover reuniões com outros setores do PIM, inclusive sobre as mudanças de PPB, informou a assessoria.

AM quer tratamento diferenciado

Sefaz planeja pleitear 4 ou 5 pontos percentuais acima do proposto de 4% ao restante do País

Ante a proposta de unificação em 4% da alíquota do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), o Amazonas pleiteia um tratamento diferenciado, com quatro ou cinco pontos percentuais acima do proposto ao restante do País. Hoje, os secretários da Fazenda dos Estados se reúnem em Brasília para dar os primeiros passos sobre a questão.

Assim como o estilo do discurso do ministro da Fazenda, Guido Mantega, representantes da Se-

cretaria de Estado da Fazenda do Amazonas (Sefaz-AM) preferiram não detalhar os pontos abordados no estudo técnico que trata sobre os possíveis impactos da unificação no Estado. De acordo com o titular da secretaria, Isper Abrahim, os debates junto as outras unidades federativas do País devem durar até o final do primeiro semestre de 2013, por isso o estudo precisa passar por muita análise, na tentativa de não prejudicar o resultado da conversa.

"Qualquer coisa que saia antes complica a interpretação. Nós já temos, constitucionalmente, um diferencial em relação aos outros estados, que queremos manter. Mas também desejamos ficar bem com todo mundo", justificou.

De forma geral, numa alíquota de 17%, o produto é creditado em 12% na origem e em 5% no destino. Uma geladeira, por exemplo, que for produzida aqui e vendida em outro Estado, é creditada em 12%. Assim, mesmo

que a empresa tenha recebido um incentivo de 50%, ou seja, que o tributo tenha sido pago pela metade, o crédito de 12% é mantido e ela paga apenas a diferença (5%).

Se a alíquota for unificada em 4%, a base de cálculo permanece (17%) e, assim, o Amazonas perde a sua vantagem comparativa em relação a outros Estados, necessária por causa das dificuldades logísticas da região. O receio é que, como o crédito enviado para o destino deve ficar menor, as



Mantega reúne, hoje, secretários

indústrias "fechem as portas" no Polo Industrial de Manaus (PIM).

COMPENSAÇÃO

Ontem, a portas fechadas, o governador Omar Aziz recebeu o estudo das mãos dos representantes da Sefaz-AM. Segundo o governador, não existe fundo de compensação que possa suprir as perdas em cadeia, devido ao possível fechamento das indústrias e, consequentemente, a perda de empregos.

Conforme declaração do ministro Guido Mantega ao Jornal Valor Econômico, tanto o Mato Grosso do Sul quanto o Amazonas devem ser contemplados com regras diferenciadas. O primeiro, em virtude do gás proveniente da Bolívia, é o segundo devido ao modelo Zona Franca de Manaus (ZFM).

Defesa do AM chega às mãos de Guido Mantega

O Amazonas vai para o embate, hoje, em Brasília, para garantir a competitividade do Polo Industrial de Manaus (PIM). Como "arma" para a reunião com o ministro Guido Mantega e os secretários de Fazenda, o Estado leva um estudo de projeção do modelo em uma década e das perdas de até 78% na receita tributária, caso haja a unificação do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) em 4%.

Na defesa amazonense estarão o secretário da Fazenda, Isper Abraham, e o subsecretário Afonso Lobo. O documento a ser levado ao conhecimento do ministro e dos representantes das 26 unidades da Federação foi confeccionado em mais de 20 dias pela equipe técnica da Secretaria de Estado da Fazenda do Amazonas (Sefaz-AM).

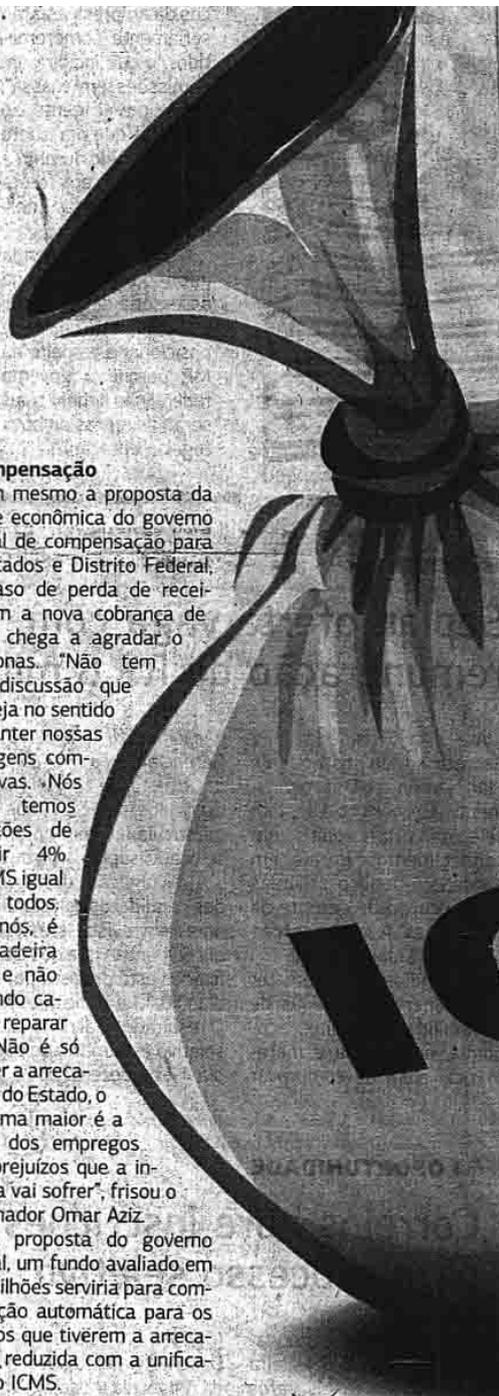
O governo vai salientar, por meio do estudo técnico, que a medida vai acarretar perdas para a competitividade das empresas instaladas no parque fabril de Manaus e para a arrecadação dos cofres públicos estaduais. Atualmente, a receita de ICMS é de R\$ 6 bilhões por ano.

Esse encontro de representantes do Amazonas com o ministro da Fazenda, Guido Mantega, será o segundo somente neste mês de novembro. No último dia 7, o governador Omar Aziz cobrou, também em Brasília, que o governo federal "respeitasse o compromisso de tratar a Zona Franca de Manaus (ZFM) de forma diferenciada, levando em consideração as peculiaridades do modelo de desenvolvimento econômico previstas na Constituição Federal.

Compensação

Nem mesmo a proposta da equipe econômica do governo federal de compensação para os Estados e Distrito Federal, em caso de perda de receita com a nova cobrança de ICMS, chega a agradar o Amazonas. "Não tem uma discussão que não seja no sentido de manter nossas vantagens comparativas. Nós não temos condições de discutir 4% de ICMS igual para todos. Para nós, é quebradeira geral e não há fundo capaz de reparar isso. Não é só manter a arrecadação do Estado, o problema maior é a perda dos empregos e os prejuízos que a indústria vai sofrer", frisou o governador Omar Aziz.

Pela proposta do governo federal, um fundo avaliado em R\$ 7 bilhões serviria para compensação automática para os Estados que tiverem a arrecadação reduzida com a unificação do ICMS.



Defesa do AM chega às mãos de Guido Mantega (continuação)

Definição só no próximo ano

Embora haja uma nova reunião sobre o assunto hoje, a definição sobre a alíquota única de 4% só deve ser fechada no próximo ano.

“Não haverá definição em 2012. A mudança de regra não é algo fácil. É preciso haver consenso e ainda há muito para

conversar sobre esse assunto entre os Estados”, enfatizou o secretário da Fazenda, Isper Abrahim. Há uma exigência do governo federal de que os Estados fechem um acordo sobre a cobrança de ICMS até o primeiro semestre do próximo ano.

Atualmente, os Estados do Norte, Nordeste e Centro-

Oeste, além do Espírito Santo, cobram uma alíquota de 12% de ICMS, enquanto que os Estados do Sul, São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro possuem uma alíquota menor, de 7%. Amazonas, Ceará e Mato Grosso rejeitaram a proposta de acabar com a cobrança de duas alíquotas. Por sua vez, São Paulo e Espírito Santo, conhecidos por praticarem guerra fiscal, são favoráveis à alíquota única.